

A literatura infanto-juvenil no domínio da escola pública

SILVA, Jaqueline Araújo Batalha.
SILVA, Ana Margarete de Jesus
CARVALHO, Ana Cristina Moura de Sousa (Orientadora)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mostrar a importância da literatura infanto-juvenil no domínio da escola pública, visto que as aulas necessitam de uma dinâmica melhor e mais atraente. Na rede pública os alunos não estão acostumados à assiduidade da leitura, fator imprescindível para o sucesso do aluno frente às situações que exijam o hábito de ler. Para que fosse possível, realizar este trabalho buscou-se fontes de pesquisa consultando autores como: Paulo Freire, Rubem Alves, Vygotsky, entre outros e a alguns “sites” da Internet. Entre vários problemas abordados, destacam-se o sucateamento das bibliotecas e escolas públicas brasileiras e a falta de preparação pedagógica por parte dos professores. Assim, busca-se em vários autores a fundamentação necessária para mostrar uma série de alternativas de trabalho a serem utilizadas pelos professores em sala de aula, para que a conquista do leitor juvenil seja possível, e assim, seja dada uma contribuição que amenize o problema da falta de leitura.

Palavras-chave: literatura, escola pública, leitura.

A LITERATURA INFANTO-JUVENIL NO DOMÍNIO DA ESCOLA PÚBLICA

Sabe-se que a leitura enquanto processo ativo, envolve a escrita, e que, por sua vez, a escrita está indiscutivelmente, associada ao ato de ler.

A criança como sujeito ativo que é, passa por experiências de seu próprio interesse: brinca, lida com a linguagem oral e escrita numa atitude de conquista e, valoriza inicialmente a ação da aprendizagem exercida pela família primeiro grupo social no qual a criança está inserida.

Posteriormente é a escola (2º grupo social), que irá se encarregar dessa tarefa: ampliar a linguagem oral em escrita. Para isso, é preciso a participação ativa em eventos de leitura e escrita em diversos contextos sociais, conduzindo a criança a descobertas de caminhos, hipóteses, para o uso da escrita; agora uma instrução formal com domínio do código alfabético.

Em princípio a escola não precisa ensinar ninguém a escrever, mas a ler. Cabe à escola, que dispõe de uma imensa capacidade transformadora, aguçar o potencial das crianças e jovens na prática mediadora de leitura. É preciso investir na linguagem oral para colher, com sucesso, a leitura e a escrita, e fazê-lo de maneira prazerosa.

Será que é isso que se vê nas escolas públicas? Como se vê a prática da leitura/literatura nas escolas públicas de hoje?

Será que o ato de ler está sendo introduzido de maneira prazerosa ou de forma mecanicista?

Pretende-se, com este trabalho analisar os fatores que norteiam as práticas mediadoras de leitura na escola pública e propor sugestões, possibilitando alternativas que

venham contribuir, no futuro, para uma leitura literária dinâmica, incentivadora, significativa, prazerosa, e não apenas um estudo voltado para gramática.

Para o desenvolvimento deste trabalho, conta-se com os ensinamentos de: Paulo Freire (1987), Maria Lajola (2004), Freire (1989), Vigotsky (1984), Ferreiro (1985), Cagliari (1999), Campos (1987), Ferreira (1982), Cunha (1991) Coelho (2000), entre outros.

É sabido que existe um “déficit” no que diz respeito ao interesse pela leitura, assim são vários os profissionais que buscam formas diferentes do convencional para despertar nos alunos o interesse pela leitura e pela descoberta do fantástico mundo literário.

Freire (1989), destaca a importância da leitura do mundo para a compreensão do ato de ler o mundo particular que move a criança. De certa forma, esta primeira leitura está ligada ao contexto social em que a criança é inserida, sendo as relações familiares o primeiro elo que liga a criança aos conhecimentos da sociedade em que vive.

A criança, desde cedo, deve ser conscientizada de que a leitura proporciona benefícios claros e indiscutíveis ao indivíduo e à sociedade. E sua aquisição implica numa série de ampliação das condições de convívio social e de interação. Assim, a linguagem oral e escrita revela-se indispensável ao processo de comunicação e de socialização do indivíduo.

Mas, o que se deve levar em conta é permitir que as pessoas desde cedo cultivem hábitos de leitura e de escrita, respondendo, assim, aos apelos da cultura grafocêntrica, para que elas possam se inserir criticamente na sociedade. A aprendizagem da língua escrita deixa de ser uma questão estritamente pedagógica para alçar-se à esfera política, evidentemente pelo que representa no investimento da formação humana. Observa Ferreiro

(2001, p. 42): “A escrita é importante na escola, porque é importante fora dela e não o contrário.”

Desta forma, existem duas maneiras de ler as palavras. A maneira *fonológica*, que supõe transformar as palavras escritas em uma palavra oral antes de ela ser reconhecida, e a *léxica*, que supõe haver um reconhecimento imediato da palavra sem que seja pela linguagem. As palavras familiares permitem este tipo de leitura.

Assim, dentro do sentido amplo da leitura, podem ser distinguidas as operações que implicam o reconhecimento das palavras, que se denomina *decodificação* (ler depende, consideravelmente, do uso da estrutura fonológica da palavra) e na compreensão do que é reconhecido. Processos que operam em diferentes níveis de representação, incluindo as letras, as palavras, sintagmas, orações e unidades mais amplas do texto.

Um(a) leitor(a) precisa adquirir o hábito de ler e entender as frases na sua totalidade, ou seja, frases inteiras ou completas, para que ele(a) aprenda a estrutura profunda, desvendando assim o sentido destas.

Um outro ponto que deve ser levado em consideração é o conhecimento prévio da leitura de mundo que o(a) aluno(a) traz para a sala de aula. Segundo FREIRE (1988, p. 8), “aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto”.

O saber ler e escrever tornou-se uma capacidade indispensável para que o indivíduo adapte-se e integre-se ao meio social, já que o ser humano sempre teve necessidade de comunicar-se graficamente, desde os tempos mais remotos (Oliveira, 1992, p. 62).

No âmbito da escola deve-se proporcionar situações que levem o educando à prática da leitura, pois entende-se ser esta a melhor maneira do aluno desenvolver a capacidade de criar textos.

O papel do educador, neste contexto, deve estar direcionado a fazer com que a criança desperte o seu interesse para a leitura, em especial a literatura é deixada de lado, e na maioria das aulas não acontece o momento de instigar o aluno a ler uma obra literária, por mais simples que ela seja. É neste contexto que pode-se questionar a diferença entre o professor e o educador. Assim, segundo Rubem Alves (1991, p. 12)

“Professores, há aos milhares. Mas o professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor, Educador, ao contrário, não é profissão; é vocação. É toda vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança”. Profissões e vocações são como plantas, vicejam e florescem em nichos ecológicos, naquele conjunto precário de situações que as tornem possíveis e – quem sabe? – necessárias.”

Por isso o hábito da leitura depende muito do trabalho que o educador exerce em sala de aula, em consonância com os hábitos que os alunos têm em suas casas.

No que diz respeito à escrita Vigotsky afirmava que esta ocupa um lugar estreito na prática escolar, em relação ao papel fundamental que ela desempenha no desenvolvimento cultural da criança:

Ensina-se as crianças a desenhar letras e construir palavras com elas, mas não se ensina a linguagem escrita. enfatiza-se de tal forma a mecânica de ler o que está escrito que acaba-se obscurecendo a linguagem escrita como tal [...] E o resultado é a produção de uma fala morta. (VIGOTSKY. 1984, p. 119)

Para Vigotsky a linguagem da escrita é constituída por um sistema de signos que designam os sons e as palavras da linguagem falada, os quais, por sua vez, são signos das relações e entidades reais. Gradualmente, este elo intermediário (a linguagem falada) desaparece e a linguagem escrita converte-se num sistema de signos que simbolizam diretamente as entidades reais e as relações entre elas. Nesta linha de pensamento o autor compara a linguagem escrita com outros sistemas simbólicos ou semióticos, tais como o gesto, o jogo simbólico e o desenho, tidos por ele como pré-histórica da escrita.

No texto intitulado *Pensamento e Linguagem* (1987) Vygotsky fortalece a idéia de que a escrita não é somente uma grafia, um gesto que marca, representando um som da fala, mas uma linguagem particular capaz de significar. Vygotsky valoriza a relação entre o pensamento e a linguagem, como se pode ver na citação a seguir:

[...] O pensamento, ao contrário da fala, não consiste em unidades separadas. Quando desejo comunicar o pensamento de que hoje vi um menino descalço, de camisa azul, correndo rua abaixo, não vejo cada aspecto isoladamente: o menino, a camisa, a cor azul, a sua corrida, a ausência de sapatos. Concebo tudo isso em um só pensamento, mas expresso em palavras separadas. Um interlocutor em geral leva vários minutos para manifestar um pensamento. Em sua mente o pensamento está presente em sua totalidade e um só momento, mas na fala tem que ser desenvolvido em uma seqüência. Um pensamento pode ser comparado a uma nuvem descarregando uma chuva de palavras. Exatamente porque um pensamento não tem um equivalente em palavras, a transição do pensamento para a palavra passa pelo significado. (1987, p.128-129)

Cagliari (1999) afirma que a compreensão da natureza da escrita de suas funções e usos é indispensável ao processo de aprendizagem. Mas, o que, segundo ele, se vê comumente nas salas de aula e nos livros didáticos, é um total desconhecimento do assunto:

Ocorre que quem orienta a educação (escolas de formação, secretarias de educação, autores de livros didáticos, professores [...] não sabe ensinar devidamente, porque desconhece muitos aspectos básicos da fala, da escrita e da leitura. Evidentemente, não basta a formação técnica lingüística para se ter automaticamente um procedimento competente da realidade lingüística compreendida no processo de alfabetização, é impossível qualquer didática, metodologia ou solução de outra ordem. (p.09)

Além dessas noções técnicas Cagliari aponta como fator de fundamental importância o fato de que o professor conheça um pouco melhor a escola na sua relação com a sociedade, pois o seu espaço de trabalho não se restringe à sala de aula, além do que o professor precisa ter noção de quais são as influências que a sociedade tem na escolarização de seus alunos.

Segundo Ferreiro (1985) que, partindo da teoria Piagetiana, busca novos caminhos para o entendimento da construção da aprendizagem da leitura e da escrita e redimensiona a concepção de problema de aprendizagem ao considerar muitos dos erros freqüentemente cometidos nas produções orais e escritas como hipóteses que a criança elabora na construção do próprio conhecimento.

As idéias de Ferreiro também contribuem para que as escolas possam rever sua atuação frente aos alunos, procurando avaliá-los não em termos de respostas “boas ou más”, mas pelo processo que os leva a tais respostas.

Trabalhar a escrita como um sistema de representação da língua, deslocar o eixo de compreensão para os aspectos levantados acima e não para os figurativos, como orientação da escrita, linearidade, perfeição da cópia. Esses últimos são facilmente superáveis pelas crianças (Ferreiro, 1985).

No entanto, a partir do momento em que se respeitar a etapa de desenvolvimento na qual os alunos se encontram, e souber trabalhar esse limite, introduzindo propostas de trabalho ricas e desafiadoras, as escolas poderão transformar “os erros” dos alunos em algo construtivo.

O professor é um suporte importante para o processo de ensino/ aprendizagem, pois a sua presença é necessária na construção do conhecimento. Sendo assim, o professor deve portar-se não como um ser autoritário e “dono da situação”, mas como um orientador das atividades dos alunos, como diz Campos

O professor [...] é o mediador entre os motivos individuais e os legítimos alvos a serem alcançados. Mais do que isto, compete ao mestre, como agente socializador, inculcar os padrões da cultura, isto é, novos motivos, a fim de que certas necessidades sejam desenvolvidas, determinando a aquisição, por parte dos educandos, daqueles tipos de comportamento que garantem um ajustamento social eficiente. (1987, p. 107)

Grande parte das dificuldades da escola têm sua origem nos problemas da motivação, ou seja, na tarefa de diagnosticar os interesses e necessidades dos alunos; na consideração das diferenças individuais, nesse aspecto; na organização das atividades extracurriculares; no atendimento dos casos de desajustados, pela descoberta dos motivos determinantes, e, afinal, nos problemas de aprendizagem, propriamente ditos.

Além da questão da motivação os profissionais de ensino devem estar atentos ao autoritarismo exacerbado do professor e a sua postura em relação

Freire (1983) não desconsidera o papel diretivo e informativo da educação. Ele insiste que o conhecimento não pode ser confundido como discurso de verdade, como ocorre com a teoria positivista, e acrescenta:

[...] Acho que nós, professores, temos o dever de desafiar os estudantes no começo do ano, durante o ano, o tempo todo, e exigir. Agora, fazer a exigência que é possível [...] você tem que fazer exigência viável. (Freire, 1983, p. 87).

Para esse autor, respeitar o educando não significa deixá-lo na ingenuidade. Significa, sim, assumir sua ingenuidade com ele, para ultrapassá-la. O educador revolucionário não deve, portanto, manipular os educandos, mas também não pode abandoná-los à própria sorte.

Rubem Alves (1999, 101) ressalta que a leitura feita com *prazer* pode proporcionar ao(à) leitor(a) a instigação para que ele(a) vá em busca, cada vez mais, de novos *sabores*. E que o hábito de ler deve ser despertado, não imposto, pois a criança deve ter com a leitura uma espécie de *enlace de amor*.

Como foi destacado por Paulo Freire (1999, p. 34), se é verdade que é preciso não esquecer que o mundo caminha para uma cada vez maior especialização, é necessário ter em conta que o mundo dos(as) jovens em idade escolar prefere o caráter interativo das

atividades ao caráter passivo das tarefas mais comuns suscitadas nas escolas e universidades tradicionais.

Os professores reforçam e consolidam os seus movimentos no sentido de reivindicar melhores condições para si e, nestes termos, poder trabalhar com mais dignidade. (...) No bojo das condições de trabalho e de ensino deveriam entrar, também, as condições para o acesso as livros e para a realização das leituras diversas. (SILVA, 1998, 15)

É possível a partir deste compreender porque temos tantos problemas com a leitura. Entre outros podemos citar: má alfabetização, distúrbios no que diz respeito a aprovação e condições pedagógicas precárias dos professores.

Ainda que muitas causas dessas sejam óbvias, a desvalorização do profissional de educação é a mais grave, ou seja, há que se rever as condições pelas quais ele passa, pois sabemos que serão formadores de profissionais de todas as áreas. E é ainda pior a vida de um professor que alfabetiza.

A construção da imagem o jovem ou adolescente parece ter sido o passo seguinte, (...) dando concretude a visibilidade tanto a faixas etárias anteriores à idade escolar, quanto seccionando os anos finais da adolescência em novas categorias e subcategorias. O resultado é uma visão cada vez mais nítida dos indivíduos e dos segmentos populacionais que, recobertos por tais categorias, tornam-se mais conhecidos e, conseqüentemente, mais acessíveis, controláveis e manipuláveis. (LAJOLO: 2003, p. 14)

Portanto, existe resposta para o questionamento feito acima: a Literatura Infantil existe de fato, pois é baseada em textos metafóricos, no maravilhoso, mas é usada de forma manipuladora. Isso causa de uma certa maneira desinteresse quase coletivo nos leitores juvenis e algumas vezes faz com que os leitores – estudantes busquem para leitura livros que fogem do limite imposto e apropriado para a sua faixa etária.

As palavras de Paulo Freire sintetizam bem as intenções deste artigo, tentar mostrar que um trabalho diferente é possível, apesar das dificuldades enfrentadas pelos professores, no que diz respeito às deficiências encontradas no exercer da profissão,

deficiências nos alunos, nas escolas (estrutura), nas famílias e nos obstáculos para a própria formação.

Tudo quanto se puder fazer para melhorar hoje as condições de ensino e viabilizar às crianças e aos adolescentes de hoje uma possibilidade melhor de compreender a realidade; quanto mais se possa fazer isso, melhor” (Paulo Freire) E a literatura, enquanto um elemento fundamental do processo de ensino, é também sem dúvida, um poderoso meio para a compreensão de transformação da realidade. (SILVA, 1998, p. 83)

O processo de trabalho dos professores deve ser planejado, bem organizado, para que os resultados sejam visíveis e eficazes. Por isso, primeiramente, os educadores devem expor para os seus alunos a importância do costume de ler, explicando-lhe que a mecanização e controle de consciências, e que é do interesse deles manter a situação como esta, pois só assim, as classes menos favorecidas vão continuar submissas e sofrendo, sendo massacrado por esses detentores do poder da sociedade.

Para que a sedimentação de leitura na sala de aula inicie, é necessário que tudo aconteça de maneira progressiva e concreta. Portanto, é preciso, inicialmente, que os professores sintam, eles mesmos, o prazer da leitura. Por isso que foi feita a pesquisa entre eles e se buscou tomar conhecimento do que eles têm lido ultimamente. Devem possuir um amplo repertório de leitura, ter conhecimento do que se deve ler. Ter conhecimentos de muitos livros que possam servir para o despertar o interesse da leitura pela alunos. Não dá para imaginar um professor que possa dizer que não gosta de leitura, este naturalmente está no campo de trabalho errado. Se ele não gostar de leitura, então como os alunos poderão gostar?

A leitura enquanto um processo que atende a diferentes propósitos, precisa ser “claramente” mostrada às crianças em função das aprendizagens que ocorrem por imitação da pessoa adulta. Muitos dos hábitos das crianças são uma decorrência da imitação dos hábitos dos adultos. Por isso mesmo, em situações bem visíveis (na frente de sala de aula, na sala dos professores, no corredor, etc.) Pode-se discutir um livro que está em voga, jornais, revistas, etc... mostrando

concretamente, que você professor convive com materiais escritos. (SILVA, 1998, p. 95)

Quando o professor, em meio a uma aula, está falando sobre um determinado assunto, faz uma comparação a algum caso ocorrido em algum lugar. Ou com alguma pessoa, quando o professor diz ter lido a revista “tal”, sobre determinado acontecimento, é importante notar como os alunos se prendem ao que o professor está tratando. A sala até silencia por completo, caso esteja havendo conversa paralela. Isso acontece porque os assuntos transmitidos por qualquer meio de comunicação, ocorrido nos dias atuais à aula e que estejam tendo repercussão, despertam a curiosidade do aluno. O mesmo acontece com os livros, jornais ou revistas comentadas pelos professores; os alunos ficam com a curiosidade aguçada, e eles buscam na primeira oportunidade, entrar em contato com algo que contenha aquele assunto comentado por professores na classe.

A leitura diária, trabalhada pelo professor, também é de suma importância, e nem sempre ela tem que ser padronizada. O professor pode aí, formar pequenos grupos de alunos para a leitura e o debate entre si.

O aluno deve passar a ter o direito de ler não somente o que lhe é imposto, mas também o que é do seu interesse, ou pelo menos deve haver um acordo entre ambas as partes: professor e aluno.

Uma boa sugestão utilizada por alguns poucos professores, mas que vem obtendo sucesso, é a escolha do livro paradidático, através de uma votação em sala de aula, a democracia pode dar certo. Para isso, é necessário que a escola disponha de livros o suficiente para serem distribuídos entre os alunos, quantidade de um só tema. Por exemplo, *Branca de Neve* uns “vinte ou trinta exemplares”, isso será o suficiente para a distribuição com os alunos.

Entre outros, esse é um dos objetivos, um dos alvos a serem atingidos com a conquista do amante da leitura. “A inserção do educando no mundo da escrita não é uma questão de ou do sacrifício, pois depende de trabalho, de instrumental de trabalho (livros) e de situações significativas de ensino aprendizagem na espera da escola” (SILVA, 1998, p. 20)

Para que as aulas de leitura não fiquem presas todo o tempo a livros e mais livros, afinal “leitura”, como diz a Marisa Lajolo, é um tema muito abrangente, é “leitura do mundo”, é sugestivo o uso de filmes em sala de aula que contenham um tema relacionado a um livro a ser lido ou até mesmo um artigo, uma matéria utilizada em sala de aula. Esses filmes podem ser passados anterior ou posteriormente aos livros ou textos trabalhados em conjunto, mostrando que o que foi lido, fala de um mundo atual, faz parte do cotidiano e por isso é de grande interesse da turma.

A proposta de Paulo Freire, de alfabetizar a partir de palavras pertencentes ao universo vocabular dos educandos, ainda se as escolas uma maior preocupação com os textos a serem utilizados, isso em um certo efeito positivo, facilita bastante trabalho do educador, não só no processo inicial de alfabetização, mas também depois que o aluno já sabe ler, o uso de textos contemporâneos é sem dúvida nenhuma, um atrativo para os alunos. Até porque o processo de alfabetização não cessa no momento em que os alunos aprendem simplesmente a decodificar palavras, mas é um processo contínuo de absorção de conhecimentos, pela escola para a vida pessoal e social.

A verdade é que existem sim meios facilitadores do hábito de leitura. Muitos profissionais que atuam na área têm tentado formas alternativas e sedutoras de trabalho e vêm conseguindo obter sucesso na profissão e nos resultados alcançados. Aliás, diga-se de passagem, essa é a maior recompensa do professor: saber que o seu trabalho está surtindo efeitos visíveis nos seus alunos.

No caminho percorrido, à procura de uma literatura adequada para a infância e juventude, observam-se duas tendências próximas daquelas que já informavam a leitura de pequenos: dos clássicos, fizeram-se adaptações; do folclore, houve a apropriação dos contos de fadas – até então quase nunca voltados especificamente para a criança.

A literatura, conforme Luyten (1984), num contexto geral passou por várias transformações, e tanto a literatura popular, como a erudita, fundamentou-se em dois aspectos: a poesia e a prosa. A poesia, geralmente, tanto mais forte quanto o teor de analfabetismo, trata da fixação de idéias, relatos e exemplos, e tem muita possibilidade de expansão no que diz respeito ao público. Já a prosa engloba contos e lendas, de uma lado, e teatro, do outro, podendo-se inserir nesta lista provérbios e ditados.

As histórias e lendas também fazer parte da literatura, e geralmente possuem finalidades educativas, sendo, na maioria das vezes, contadas de pai para filho, ou então servem acontecem na retórica das pessoas idosas. Esses relatos são importantíssimos para se conhecer a verdadeira índole ou interesses de uma determinada população. Conforme diz Luyten (1984, p.20) “Esses relatos são importantíssimos para se conhecer a verdadeira índole ou interesse de uma determinada população. Pois, é justamente neles que aparecem preconceitos, mitos e até formas de crítica das pessoas que as contam e ouvem.” A poesia, contrariamente à prosa popular, perdura mais.

Com relação a exploração da poesia na escola Cunha (1991, p.120) ressalta que que há uma falha relativa ao aproveitamento da poesia na escola. Em uma pesquisa realizada por ele, ficou evidente que a maioria do professorado de 1º e 2º Graus não gosta de dar poemas em classe: não está despertada para a poesia, e se sente incomodada quando tem de estudar um poema, porque não sabe como fazê-lo.

“Além de se sentir pouco à vontade com relação à poesia, não é o professor que escolhe o poema a ser levada à turma: o orientador é que o recomenda, e para

todas as turmas de determinada série. O erro nesse caso é duplo. Não se pode transmitir uma emoção, um gosto que não se sente. Se o professor não se sensibilizar com o poema, dificilmente conseguirá emocionar os alunos. Por outro lado, pensar que todas as classes – suponhamos: dez – vão reagir positivamente a um mesmo poema é ilusão.” (ibidem, p.121)

Por isso, trabalhar a poesia em sala de aula requer um envolvimento e uma aproximação da obra com o campo de interesse tanto do professor quanto do aluno. Assim, para levar os poemas à criança, seria ideal se a professora tivesse em mãos os recursos adequados a cada um: música sugestiva, boa ilustração, slides, gravação do poema por um grande intérprete etc. Como essas condições de trabalho não condizem com a realidade da escola pública no Brasil, a criatividade e motivação do professor em transformar o ambiente da sala de aula num espaço aberto à literatura, é o principal caminho para a inserção das obras literárias no âmbito escolar.

Luyten (1984, p. 28) aponta que existe uma diferença entre a prosa e a poesia popular no Brasil, pois “a prosa raramente aparece impressa (...) A poesia popular já aparece em bem maior proporção, sobretudo a nordestina. Embora grande parte dela se perca – quando é oral e improvisada”, a exemplo a literatura de cordel, que pode ser muito bem utilizada na escola.

No Brasil a literatura infantil tem início com obras pedagógicas e sobretudo adaptadas de produções portuguesas, demonstrando a dependência das colônias.

O profissional educador tem discutido muito sobre a formação ético-moral da criança. Especialmente no que diz aos acontecimentos do ambiente escolar. A literatura infantil tem ocupado um lugar político e pedagógico de grande importância na formação moral e de hábitos e atitudes, tanto junto a família quanto dentro da escola. É interessante verificar como as famílias onde os adultos pouco tem contato com o livro e com a literatura, consideram fundamental fazer com que as crianças exercitem a leitura.

No momento atual, é importante que a escola possa pensar literatura como uma produção que pode não estar mais necessariamente restrita ao objeto livre e, mais importante ainda, que ela pense a literatura como possibilitadora do prazer do texto. Ler não se restringe a um ato de conhecer que instrumentalizaria o sujeito para decodificação da realidade, porque o ato de leitura possibilita um processo duplo de envolvimento que é propriamente construção de uma nova realidade.

Sobre o surgimento da literatura infantil, com ascensão da burguesia, comenta Cunha:

Antes da constituição deste modelo burguês inexistia uma consideração especial para com a infância. essa faixa etária não era percebida como um tempo diferente, nem o mundo da criança como um espaço separado. Pequenos e grandes compartilhavam dos mesmos eventos, porém nenhum laço amoroso especial os aproximava. A nova valorização da infância gerou maior união familiar, mais igualmente os meios de controle do desenvolvimento intelectual da criança e a manipulação de suas emoções. Literatura infantil e escola, inventada a primeira e reformada a segunda, são convocadas para cumprir esta missão. (CUNHA. 1991, p.23)

A partir de então se evidencia a estreita ligação da literatura infantil com a pedagogia, quando se pode ver a importância que assumem os educadores na criação de uma literatura para crianças e jovens.

No caminho percorrido, à procura de uma literatura adequada para a infância e juventude, observam-se duas tendências próximas daquelas que já informavam a leitura dos pequenos: a dos clássicos e a do folclore.

De modo geral, a literatura amplia e enriquece a visão da realidade de um modo específico. A literatura é o lugar privilegiado em que a experiência vivida e a contemplação crítica coincidem num conhecimento singular, cujo critério não é exatamente a “verdade” e sim a “validade” de uma interpretação profunda da realidade tomada em experiência.

A literatura sintetiza, por meio dos recursos da ficção, uma realidade, que tem amplos pontos de contato com o que o leitor vive cotidianamente. Assim, por mais exacerbada que seja a fantasia do escritor ou mais distanciadas e diferentes as circunstâncias de espaço e tempo dentro das quais uma obra é concebida, o sintoma de sua sobrevivência é o fato de que ela continua a se comunicar como destinatário atual, porque ainda fala de seu mundo, com suas dificuldades e soluções, ajudando-o, pois, a conhecê-lo melhor. É por isso que a escola deve privilegiar um trabalho voltado à literatura, pois esta permite ao aluno conhecer outras realidades dentro do mundo ficcional que a literatura expõe.

No momento atual é importante que a escola possa pensar a literatura como uma produção que não está mais necessariamente restrita ao objeto livre e, mais importante ainda, que ela pense a literatura como possibilitadora do prazer do texto. A leitura possibilita um processo duplo de envolvimento que é propriamente construção de uma nova realidade. A literatura deve ser suprida pelo aluno, o mesmo deve conhecer a história, seus personagens, tempo, para que assim possa saber o que é relevante na história.

Deve-se preservar as relações entre literatura e a escola, ou o uso do livro em sala de aula, decorre do fato de que ambas compartilham um aspecto em comum: a natureza formativa. De fato, tanto a obra de ficção como as instituições de ensino estão voltadas à formação do indivíduo ao qual se dirigem. Embora se tratem de produções oriundas de necessidades sociais que explicam e legitimam seu funcionamento, sua atuação sobre o receptor é sempre ativa e dinâmica de modo que este não permanece indiferente a seus efeitos.

“A literatura, e em especial a infantil, tem uma tarefa fundamental a cumprir nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação, seja no

espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola.” (ibdem, p.15)

A literatura sempre foi mostrada como um importante meio para despertar no jovem o interesse pela leitura. Por isso, seja gibi, literatura de cordel, romances literários, contos de fadas, e demais gêneros, quando a criança entra em contato com este “mundo da fantasia e imaginação”, as possibilidades de desenvolvimento do pensamento crítico objetivo e subjetivo é se faz presente e o resultado é o desenvolvimento fecundo de uma série de conhecimentos e saberes, facilmente adquirido a partir do hábito de ler.

Segundo Cunha (1991, p.47)

“Se perguntarmos a qualquer educador – pai, professor, bibliotecário, supervisor de ensino etc. – sobre o que pretende quando leva o livro à infância, a resposta será sempre a mesma: queremos criar nos pequenos o hábito de ler. Em outras palavras, pretendemos que criança e jovem tenham, pela vida afora, a literatura como forma de enriquecimento.”

Então, por que a realidade na sala de aula aponta para o pouco uso das obras literárias na construção do hábito de leitura das crianças? Percebe-se pois que há um grande descaso, um desorientação de muitos educadores quando o assunto é o domínio da literatura, principalmente na escola pública, que há escassez de importantes obras literárias.

No Brasil, mesmo respondendo às exigências locais e apesar de só depois ocorrer o avanço da produção de obras específicas para a infância e adolescência, o gênero, como “história” particular de elementos próprios, parece não ter-se desviado do “roteiro geral”. Também tardiamente se iniciou o processo do que vem sendo chamado de modernização da sociedade.

A partir de meados de 1970, a produção infanto-juvenil responde por uma significativa parcela do mercado editorial brasileiro. E a escola, mais do que nunca,

representa local onde se captam as expectativas para criação de uma literatura adequada para crianças e jovens e para onde convergem as atenções dos interessados na divulgação e manutenção dos seus próprios valores, numa espécie de círculo vicioso.

O quadro relativo ao hábito de leitura no Brasil, só poderá mudar quando toda a postura do adulto relativa ao livro e à função dele na educação se modificar. No Brasil o investimento das escolas com livros ainda é muito pequeno. Na escola pública, devido às pequenas verbas que lhe são destinadas, as obras não podem ser adquiridas em número suficiente. (E quase sempre o aluno também não pode comprá-las).

É no encontro com a literatura que os homens têm a oportunidade de ampliar, transformar ou enriquecer sua própria experiência de vida. Nesse sentido, a literatura apresenta-se não só como veículo de manifestação de cultura, mas também de ideologias.

A literatura infanto-juvenil, por iniciar o homem no universo literário, deve ser encarada, sempre de modo global e complexo em sua ambigüidade e pluralidade. Até pouco tempo, em nosso século a literatura infantil era considerada como um gênero secundário e vista pelo adulto como algo pueril (nivelado ao brinquedo) ou útil pela forma de entendimento literário.

A valorização da literatura infantil, como formadora de consciência dentro da vida cultural das sociedades, é bem recente. Para investir na relação entre a interpretação do texto literário e a realidade, não há melhor sugestão do que obras infantis que abordem questões de nosso tempo e problemas universais, inerentes ao ser humano. É a busca do pensamento convergente. A literatura é a mais rica das experiências engendradas pelo espírito humano. a descoberta de seu valor é pessoal e intransferível. A fantasia, o mundo colorido, as aventuras, os sonhos e as realidades são as histórias de todas as gentes, o que oportuniza a criança desenvolver a criatividade, a sensibilidade, a sociedade, o senso crítico e a imaginação criadora. O conhecimento da riqueza que é a literatura infanto-

juvenil chega aos alunos pelo meio social em que estão inseridos: a família e a escola. O maior ou menor significado que os pequenos darão a essa arte, depende diretamente dos adultos que os rodeiam. Não será possível haver uma boa “colheita” de leitores se não der o início desde cedo a esse “plantio”.

A escola pública, em especial, deve ocupar lugar de destaque nesta questão: a criação de salas e horários de leitura cantos de livros, capacitação dos docentes, a escolha e adoção de livros, a sensibilização dos pais a importância do contato da criança com o livro de literatura.

E é dessa forma que a literatura infanto-juvenil no domínio da escola (eixo desse trabalho) deve estar presente na sala de aula. Na medida em que o desejo dos educadores for o de incluí-la em seus planos de ensino, ela poderá representar uma pequena trilha, um bom caminho ou uma larga estrada... tudo dependerá do projeto de cada escola, de cada educador. E, no contexto da escola pública, a inserção da literatura infanto-juvenil, bem como o conhecimento dela que deve chegar ao aluno depende da responsabilidade, principalmente do educador, que pode oferecer subsídios para que a aula acople no seu dia-a-dia a leitura de livros literários, fazendo com que, também, o aluno da rede pública adentre neste espaço da fantasia e da imaginação. Por isso, é importante incentivar a criança a ler literatura infantil, pois os contos, as fábulas, fazem parte do imaginário da criança. Desta forma o seu uso despertará o gosto pela leitura tão útil na vida.

REFERÊNCIA

ALVES, Rubem Azevedo. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 26 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associadas, 1991.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2000.

CUNHA, Maria Antonienta Antunes Cunha. **Literatura infantil: Teoria e prática**. Editora Ática. São Paulo, 1991.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. 10 ed. São Paulo: Scipione, 1999. 191 p.

FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. p. 244

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Coleção O Mundo Hoje, v. 21. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 218 p.

LAJOLO, Marisa. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. São Paulo: Ática, 2003.

LUYTEN, Joseph M. **O que é literatura popular**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

OLIVEIRA, C. de C. **Psicomotricidade: um estudo em escolares com dificuldades em leitura e escrita**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil, 1992.150 p.

VYGOTSKY, L. S. **A pré-história da linguagem escrita**. In: _____ **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984, p. 119.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escol**. São Paulo: Global, 1985.